

Data: 14-09-2018 14:08:02



SEMANA DE EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Título do Artigo : Mapeando conflitos: a experiência de acompanhamento da problemática habitacional no Rio de Janeiro.
Vinculado a ação : A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando os conflitos.
Área Temática : Direitos Humanos e Justiça
Modalidade : Apresentação Oral de Artigo

1. COORDENADOR DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Nome: Glauco Bienenstein E-mail: gb@id.uff.br
 Telefone:
 Celular: (21)9876-73537 Departamento: TAR

2. EQUIPE INTEGRANTE DO ARTIGO

01-	Glauco Bienenstein	Docente	Autor
02-	Ana Clara Aguiar Maciel	Aluno bolsista	Relator/Autor
03-	Fernanda Costa Frias	Aluno bolsista	Autor
04-	Marcele Gualberto	Aluno não bolsista	Autor
05-	Daniel Mendes Mesquita de Sousa	Outros	Autor
06-	Regina Bienenstein	Docente	Autor

3. ARTIGO

Resumo:

As políticas urbanas de remoções adotadas pelos recentes pelos gestores municipais do Rio de Janeiro ampliaram, sobremaneira, os conflitos urbanos. Quando se fala de assentamentos informais, parecemos que há uma tendência por parte dos executivos municipais de não garantir que as informações das comunidades sejam transparentes. Este artigo trata do projeto de extensão “Acompanhando e mapeando conflitos”, vinculado ao programa “A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro”, o qual, em conjunto com as comunidades atendidas pelo Programa, permite a troca horizontal entre técnicos, estudantes e moradores. Essa experiência tem municiado o trabalho de reconhecimento desses territórios. O projeto tem como objetivo construir uma plataforma online que disponibilize levantamentos, mapas e históricos, contribuindo na luta pelo direito à moradia e às relações sociais e culturais já existentes em diferentes espaços da cidade.

Palavras chave:

Conflitos; cartografia social; Rio de Janeiro;

Abstract:

The urban policies of removals adopted by the recent municipal managers of Rio de Janeiro have expanded urban conflicts. When it comes to informal settlements, it appears that there is a trend for part of city officials to don't ensure that community information is transparent. This article deals with

the "Acompanhando e Mapeando Conflitos" extension project, linked to the program "A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria à movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro", which along with the communities served by the Programa, allows the horizontal exchange of knowledge between technicians, students and residents. This experience has contributed to the work of recognizing these territories. The project aims to build an online platform that provides surveys, maps and historical information, contributing to the struggle for the right to housing and social and cultural relations already existing in different areas of the city.

Key Words:

Conflicts; Social cartography; Rio de Janeiro;

Introdução (Justificativa, o Problema, Objetivos - geral e específicos):

Este artigo é fruto da experiência no projeto "A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando conflitos", vinculado ao programa "A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro" do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, NEPHU-UFF. Em um primeiro momento serão apresentadas discussões sobre o modelo contemporâneo de gestão e produção das cidades, com foco nas políticas públicas voltadas à habitação de interesse social (HIS) e seus desdobramento no espaço. Uma das premissas deste trabalho foi conceituar o que seria conflito e como traduzi-lo numa cartografia social. Serão discutidos no desenvolvimento os desafios enfrentados no processo de trabalho, desde os levantamentos fotográficos e dados georreferenciados até encontrar uma hospedagem adequada para os resultados. Abordaremos a metodologia de atuação do projeto, que tem como premissa a participação de todos os envolvidos no processo. Para isto, a equipe atua junto ao Fórum de Luta pela Moradia (Niterói e São Gonçalo) e o Conselho Popular (Rio de Janeiro), organizações sociais e populares voltadas à luta pelo direito à moradia e à cidade. Foram entrevistadas lideranças comunitárias, as quais somadas às visitas de campo, revelaram que o diálogo com a comunidade é fundamental para percepção de seu território e para análise do que está sendo produzido e deixado de lado pelo planejamento Metropolitano, sob pena de perpetuar uma estrutura que invisibiliza um grande contingente populacional. Portanto, este artigo irá tratar do desenvolvimento de todo o processo de pesquisa e conceituação teórica do projeto. Apresentaremos também os resultados obtidos até o presente momento da pesquisa, apresentando os mapas e históricos levantados, como uma resposta às demandas das comunidades. Na conclusão serão apontadas as perspectivas de continuidade do trabalho e aspectos nele vivenciados pela equipe.

Desenvolvimento com Fundamentação Teórica:

A moradia digna é um direito conquistado a partir da Constituição de 1988, que a compreende não só como casa, mas também as condições adequadas de salubridade, saneamento, iluminação pública, coleta de lixo, acesso a equipamentos sociais básicos, como áreas de lazer, postos de saúde e escolas públicas. A luta para assegurar esse direito transpassa governos e está diretamente ligada às administrações municipais, que têm a prerrogativa sobre o planejamento urbano. Porém, a partir da década de 1990, o planejamento passou a ser cada vez mais inclinado para uma gestão de negócios nas cidades, caracterizado como "planejamento estratégico". A compreensão da cidade como uma mercadoria, sugere que o setor imobiliário passa a ter vantagem na determinação do valor do solo. Isto é, as terras mais bem dotadas de infraestrutura encontram-se em continuo e crescente processo de valorização. Neste contexto, a classe trabalhadora, em sua maioria de baixa renda, fica impedida de ter acesso à terra. Ou pior, quando surgem conflitos pelos espaços da cidade, vemos que essas populações são ameaçadas de remoção e destinadas a locais afastados, ignorando suas memórias e vivências. Esta situação se deve a tendências que priorizam arquiteturas "icônicas" e o "embelezamento" da paisagem — implicando muitas vezes em uma verdadeira limpeza social. Assim, tal grupo social fica desassistido por quem deveria assegurar seus direitos. A memória coletiva tem a cidade como ponto em comum. A maior parte das memórias são perdidas no tempo, e as que ficam são geralmente ligadas à estrutura de poder. Apesar de não se poder resgatar todas as memórias de uma cidade, é possível resgatar algumas (ABREU, 1998). Para analisá-la é preciso saber quem o produziu e o porquê, buscando evitar explicações que agradem somente o senso comum. Nesse contexto, a universidade pública tem um papel fundamental na questão da habitação, já que através do conhecimento técnico, deve beneficiar a população com pesquisas e estender sua atuação para a

parcela excluída da cidade formal. É importante que sejam formados profissionais conscientes da sua função social e ética, que lutem por uma cidade mais igualitária e produzam ferramentas técnicas para subsidiar as lutas comunitárias. Além disso é preciso enfrentar as ameaças de remoção que, sem qualquer diálogo e/ou preocupação com a relação aos espaços que tais grupos habitam, tem o intuito de promover o urbanismo que enxerga a cidade como uma mercadoria a ser vendida para os cidadãos-consumidores com demanda solvável (BIENENSTEIN R., et al, 2017). Dessa forma, a compreensão do conceito de conflito é de suma importância no entendimento das diversas disputas e problemas que têm surgido nas cidades, justificando a necessidade de um trabalho analítico. Pois um grupo social só pode alcançar autonomia, se se reconhecer nos conflitos no que converge e no que se dissocia. A sociedade é resultado das interações entre esses grupos sociais autônomos e não a sua supressão. O conflito é necessário para que a população não seja passiva e possa questionar as situações de opressão, como a própria desigualdade socioterritorial das cidades. Ao contrário da indiferença, o conflito traz benefício na construção e desenvolvimento individual e das relações coletivas (SIMMEL, 1983). Nas palavras de Vainer & Walter, 2016, “[c]om efeito, sendo a sociedade diversa, múltipla e contraditória, necessariamente produzirá e atribuirá múltiplos e contraditórios sentidos (significados) ao conflito”. Este programa de extensão atua como um instrumento de apoio às comunidades na defesa da sua permanência no território. A população tem um conhecimento ímpar, e a troca deste com a universidade é fundamental para atender a demanda da sociedade. Trata-se de pesquisar com a comunidade, e não sobre a comunidade, desenvolvendo diagnósticos e planos populares, pois pensar espaços criados “por e para” as pessoas, permite que haja uma identificação dos moradores com o “novo lugar”, impedindo que o território se torne meramente um espaço (AUGÉ, 1994). A cartografia social produzida durante o processo de trabalho, nasce como uma necessidade para permitir a análise gráfica — e de maneira acessível para todos os públicos — dos conflitos identificados nas comunidades representadas pelo Fórum de Luta pela Moradia e pelo Conselho Popular do Rio, como será explicado na metodologia. A visão positivista, o qual desconsidera as relações sociais e culturais e rigorosamente matemático, quando usado de forma totalitária não é a melhor forma de representação cartográfica, pois é passível de erro. No sentido de que, por não considerar fatores culturais, sociais e de vivência das áreas, não pode representar de forma assertiva o que se deveria estar sendo representado (KATUTA, 2013). Em oposição a este método, o projeto tem sua produção voltada para reconhecer os conflitos socioterritoriais de forma legível. Os mapas produzidos demonstram os limites territoriais das comunidades (muitas vezes não reconhecidos pelos mapas convencionais) e eventualmente a sobreposição dessa demarcação com as respectivas Áreas de Especial Interesse Social, além do geoprocessamento dessas delimitações. Ao fim, um arcabouço cartográfico de conflitos será elaborado. Visitas nas comunidades de Vila Autódromo, Vila Ambrosina, Barrinha (Rio de Janeiro), Fazendinha, Castro Alves e Lazareto (Niterói) são essenciais para o diálogo com o Projeto. Demonstrando que, apesar das comunidades apresentarem problemas semelhantes, todas possuem suas individualidades. Durante a pesquisa estivemos presentes em diversos eventos onde realizamos análises do que está sendo produzido no cenário metropolitano e seus conflitos. Diversos dados e informações têm sido colhidos, tais como, diagnósticos, artigos que referenciam o trabalho, histórico das comunidades, mapas, tabelas de atributos do geoprocessamento e entrevistas com os moradores, os quais serão pretende-se disponibilizá-los em uma plataforma online.

Metodologia:

O método utilizado para o desenvolvimento do trabalho baseou-se, num primeiro momento, na leitura de textos relacionados à cartografia crítica, às memórias da cidade, aos conflitos e suas naturezas e à luta pelo direito à cidade. Foram realizadas também pesquisas sobre as comunidades em foco, em trabalhos realizados pelo NEPHU, pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e pelo Laboratório Globalização e Metrópole (GPDU). O Programa conta com a realização semanal de reuniões com os membros da equipe, o que se revelou importante para o projeto, pois permitiu o debate a partir de diversos enfoques, além de trocas de experiências, sugestões e modificações. As oficinas realizadas internamente, principalmente para o avanço do conhecimento de softwares, foram proveitosas para alcançar uma identidade visual de fácil entendimento. Ademais, os seminários, idas a campo (através do NUTH/RJ e do FLM), formaram uma visão crítica do cenário em que se encontra a moradia. Através das reuniões do FLM e do Conselho Popular, foi possível acompanhar, junto aos moradores, os movimentos, conflitos e demandas das comunidades envolvidas. O papel dos moradores no processo de trabalho foi essencial, uma vez que as informações concernentes à comunidades e ocupações são muitas vezes suprimidas e, portanto, de difícil acesso.

Assim, foram feitas diversas entrevistas, permitindo a coleta de informações necessárias para desenvolver o perfil e delimitar o território das respectivas comunidades. Para a elaboração da plataforma online, foram levantados dados de diversas ferramentas que pudessem auxiliar tal objetivo. Houve, também, uma reunião com o “Ministério Público em mapas”, órgão que disponibiliza material georreferenciado, e com o NTI - UFF (Núcleo de Tecnologia de Informação da Universidade Federal Fluminense), o que permitiu que decidíssemos dois pontos: georreferenciar os dados da pesquisa e que a produção do site deverá ser realizada juntamente ao NTI.

Resultado com Discussão:

Conforme indicação anterior, todo o material levantado pelo grupo e seus parceiros - a cartografia social, os diagnósticos populares, e as informações (histórico, mapeamentos, delimitações, artigos e outros trabalhos realizados anteriormente), serão disponibilizados numa plataforma online e de fácil acesso, o que servirá como um meio de comunicação e reconhecimento entre as diferentes comunidades, visando alimentar os processos em que se encontram. Nesse contexto, o trabalho continua se desenvolvendo para a elaboração de cartografias críticas que irão revelar as origens e os agentes desses conflitos. Até o presente momento, foram gerados históricos, mapeamentos e delimitações territoriais de 43 comunidades e/ou ocupações do Estado do Rio de Janeiro. Ainda serão organizadas oficinas com as comunidades para originar um diagnóstico popular. A primeira ocorreu em Vila Ambrosina, situada na Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, comunidade que pretende elaborar processo de usucapião coletivo, através do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria (NUTH). A segunda comunidade será decidida em conjunto com o “Curso de Extensão: Diálogos sobre o direito à Cidade e Habitação Popular”, vinculado ao Programa. Todo esse material instrumentalizará a luta no âmbito da desigualdade de direitos, serviços e espaços na cidade. Caber ainda ressaltar, que para os estudantes de Arquitetura e Urbanismo, levantar e analisar os conflitos das comunidades significa uma oportunidade de compreender a realidade da luta pelo direito à moradia enfrentada por um significativo grupo de pessoas na região metropolitana do Rio de Janeiro, que não é representada (assim como não apresentada) fielmente pela mídia e pelos governos. A troca horizontal de conhecimentos com estes moradores propiciou uma forma de atuação voltada para o interesse social, o que exemplifica o papel do profissional formado numa instituição pública de ensino.

Considerações Finais:

Durante o processo de pesquisa das informações que construíram os resultados, outras demandas surgiram, o que lançou perspectivas de ampliação do trabalho futuramente. A plataforma digital que deverá ser finalizada até o final do ano já nasce como uma ferramenta de difusão que certamente estará em constante renovação para atender às necessidades que surgirem ao longo do tempo. Ao longo do trabalho, foi de grande relevância as leituras de textos acadêmicos que deram base para um olhar crítico sobre o assunto, assim como o aprendizado de novos programas de informática que serão certamente aproveitados na continuidade deste e também em outros trabalhos no futuro. O objetivo é termos mapas georreferenciados, o que nos permitirá amplo uso dos mesmos para diversos fins, tanto para divulgação de informações quanto para seu uso em processos de reurbanização de áreas, delimitações de AEIS, entre outros. Uma projeção futura seria tornar a plataforma interativa, para que a visualização de informações possa ser ainda melhor compreendida, possibilitando sobreposições e organização de camadas. Cabe destacar que a produção de mapas populares desenvolvidos através de pesquisas, sejam elas visitas de campo, artigos acadêmicos e/ou entrevista com moradores, acabam fortalecendo as lutas de comunidades, objetivando suprir de forma mais clara suas demandas. Esses elementos se somam ao diagnóstico técnico e também se transformam em um instrumento para tais lutas. As entrevistas resultaram em um histórico das comunidades objeto desta pesquisa, possibilitando o resgate e divulgação de um conhecimento que boa parte delas ainda não possuía de maneira organizada e apurada. Por fim, é interessante ressaltar a importância de pensar a Arquitetura e o Urbanismo para além dos modelos meramente estéticos e de mercado que estão no senso comum, compreendendo sua função social e importância na qualidade de vida das pessoas. É primordial para a formação de um arquiteto e urbanista a experiência de pensar o projeto desvinculado de tais interesses, especialmente no âmbito da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada (BIENENSTEIN, 2017).

Referência:

ABREU, Maurício de Almeida; Sobre a memória das cidades. Rio de Janeiro, 1998. KATUTA, Ângela Massumi; A(s) natureza(s) da cartografia. Paraná, 2013. SIMMEL, G., A natureza sociológica do conflito, in Moraes Filho, Evaristo (org.), Simmel, São Paulo, Ática, 1983. BIENENSTEIN, Glauco; BIENENSTEIN, Regina; SOUSA, Daniel. Universidade e luta pela moradia. 1ª edição - Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017 CÂMARA, Breno Pimentel; Conflitos urbanos no Rio: mapear a desigualdade, coleccionar lutas. In: OLIVEIRA, Fabricio Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. (Orgs.) Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro, 2016. AUGÉ, Marc; Não Lugares - Introdução À Uma Antropologia da Supermodernidade; tradução: Maria Lúcia Pereira; Campinas - SP; Papirus 1994.
